

ELEIÇÕES/88

Brizola será candidato mesmo com a aprovação do sistema parlamentar

por Euclides Torres
de Porto Alegre

O presidente do PDT, Leonel Brizola, não acredita que o parlamentarismo possa vir a ser o sistema de governo no Brasil, mas ainda que assim seja decidido pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte ele aceita concorrer à Presidência da República para "servir de instrumento para a derrogação (esvaziamento) do parlamentarismo".

Brizola chegou ontem a Porto Alegre para proferir palestra na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), hoje a meio-dia. Ontem manteve contatos com a bancada do PDT no estado e participou de um debate com integrantes do Instituto de Estudos Empresariais. Para hoje está prevista sua participação na inauguração do primeiro Centro Integrado de Ensino Municipal, escola comunitária semelhante às que Brizola implantou no Rio de Janeiro.

O ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul criticou violentamente o PMDB. Disse que o PMDB não consegue completar a democratização nem administrar, prevenindo que nas próximas eleições ocorra com o PMDB o mesmo que aconteceu com a Arena em 1974: "O povo vai esgotar o PMDB nas eleições de 1988".

Brizola comentou que o PMDB foi o instrumento da união do povo contra a ditadura, "mas até o momento em que os militares deixaram o poder. A partir dali, a hora era dos partidos, e não de frentes inorgânicas como o PMDB, que não transformará nada, nem



Leonel Brizola

mesmo tem condições de democratizar", disse Brizola.

Quando a sua candidatura à Presidência da República, Leonel Brizola afirmou que uma candidatura não é a vontade dos dirigentes do partido; tem que corresponder a uma necessidade social: "E essa necessidade social está pintando aí", disse, ao admitir coligações para disputar a presidência. "Quem sabe até venhamos a ser uma força de apoio."

Ao falar sobre o sistema parlamentar, Brizola lembrou que é experiente em derrubar parlamentarismo, recordando que já derrubou um. Para ele, parlamentarismo agora não passa de uma manobra do PMDB para se perpetuar no poder, a serviço das oligarquias. Brizola revelou que tem a impressão de que o sistema parlamentar não será implantado porque "a maioria dos constituintes vai se dar conta de que é um engodo, uma infidelidade ao povo brasileiro".

Richa discute o "programa mínimo" com Quéricia e Amato

por Adriana Vera e Silva
de São Paulo

O senador José Richa esteve ontem em São Paulo onde conversou com o governador Orestes Quéricia sobre a elaboração de uma plataforma eleitoral para o candidato do PMDB à Presidência da República, nas eleições previstas para o ano que vem. A ideia de um programa mínimo de governo, que sustente o candidato do partido, surgiu na reunião de sábado no Rio de Janeiro entre Richa e os governadores Moreira Franco (Rio), Miguel Arraes (Pernambuco) e Waldir Pires (Bahia).

O senador esteve também na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), para discutir a mesma ideia com o presidente Mário Amato. "Meu medo é de que, com a aprovação dos quatro anos, o PMDB já lancem nomes de candidatos. E preciso primeiro ter uma estratégia, um programa mínimo de governo, porque senão estaremos acenando para o povo com a ideia de que a eleição, sozinha, resolve os problemas do País, e a população vai se frustrar", disse Richa.

Ele defende o parlamentarismo e quer vê-lo implantado já a partir de março de 1988, porque "em cima do presidencialismo vai ser muito mais difícil reverter este quadro econômico e social que está aí".

Richa fez críticas ao comportamento do presidente Sarney nos últimos meses e descartou a hipótese de um acordo entre o PMDB e o Palácio do Planalto na sucessão presidencial: "A Nação inteira é testemunha de que mais do que se tentou montar al-

Metas claras e detalhadas

por Riomar Trindade
do Rio

As reuniões de governadores do PMDB — como a realizada no último sábado, no Rio, da qual também participou o senador José Richa — continuam ocorrendo em busca de consenso para um programa de metas que permita ao partido "ganhar o governo", conforme definição do governador fluminense Wellington Moreira Franco. Convencidos de que as eleições presidenciais em 1988 já são um "fato irreversível", os governadores do PMDB, partido majoritário no Congresso Constituinte, procuram o entendimento para estabelecer um programa mínimo de governo, com compromissos claros e objetivos, antes de o debate político convergir unicamente para a sucessão do presidente José Sarney, com o lançamento de candidaturas.

"Achamos que o PMDB, partido com maior número de lideranças e maior estrutura e penetração junto às forças populares, deve detalhar com clareza o programa, metas e objetivos que sus-

tentarão as mudanças sociais e econômicas, que permitam ao partido ganhar o governo", disse Moreira Franco, ontem, em relação à reunião de sábado, no Palácio Laranjeiras, com Richa e os governadores Miguel Arraes e Waldir Pires. O governador fluminense considera que a definição desse programa pelo partido deve anteceder o debate interno em torno do lançamento de candidaturas.

Na visão de Moreira Franco, o Brasil enfrenta "a pior crise econômica de sua história", e necessita, com urgência, criar condições para a retomada dos investimentos para atender à necessidade de oferecer, anualmente, 1,2 milhão de novos empregos. Também entende que a indefinição do partido em relação à dívida externa — "desde 1980 a discussão gira em torno de se vamos ou não vamos negociar com os credores" —, afirmou, só tem contribuído para "aumentar o endividamento do País, os juros, a dependência externa, enquanto os investimentos e a oferta de emprego despencam".

gum tipo de entendimento não é possível", enfatizou.

O senador — que defendia o mandato de 6 anos para Sarney e só optou por 4 anos às vésperas da votação na Comissão de Sistematização — considerou como "erros do governo" a interferência do presidente na definição de seu mandato e os "anúncios espetaculosos" de reforma administrativa e ministerial.

A tese de eleições gerais no próximo ano "é uma ideia muito simplista que o Palácio do Planalto está querendo utilizar para estabelecer uma confusão no seio do povo", disse Richa.

O presidente da FIESP, Mário Amato, apoiou a ideia de um programa mínimo de governo. "Sem isso, não é possível um pacto social e o Brasil precisa

de um pacto, a exemplo da Espanha", declarou Amato, segundo apurou o repórter Antonio Gutierrez.

Para o líder empresarial, mais importante do que de-

cidir entre o parlamentarismo e o presidencialismo, "é que a Constituinte permita o estabelecimento de regras estáveis para estimular investimentos".

Sarney perdeu interesse por política, diz Machado

por Edson Beú
de Brasília

"O presidente está divorciado da política", concluiu, preocupado, o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), ao sair de uma breve audiência com o presidente José Sarney, no final da tarde de ontem. O deputado teme que esse "divórcio" do chefe de governo poderá dificultar um acordo sobre os temas mais polêmicos da Constituinte, no plenário. "Nem pela negociação da mudança do regimento interno ele se interessou", espantou-se o parlamentar, referindo-se à proposta defendida pelo "Centrão", bloco suprapartidário do qual faz parte e é identificado com os interesses do Executivo.

O deputado censurou o atual comportamento de Sarney: "Não é normal. O presidente devia participar do processo". Machado, um dos constituintes mais fiéis ao governo, estava visivelmente desapontado. Sobre a possibilidade de um presidente da República governar um país desinteressado da política, respondeu: "Eu quero assistir, como vocês". Se Sarney mantiver a atual postura, o deputado receia que o processo de transição democrática seja atropelado, antes mesmo de novembro do próximo ano. "Se chegarmos até lá", observou, "esse filme eu já vi antes em branco e preto. A diferença é que agora ele é colorido", ironizou. "Já estou pensando para os quatro

anos de mandato", confessou o pemedebista, antes um dos mais ferrenhos defensores da tese dos cinco anos e do presidencialismo.

A apatia de Sarney pela política pode ser constatada na sua própria agenda. Ontem, por exemplo, só recebeu o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), para um despacho semanal de rotina. As 17 horas já não atendia a mais ninguém. Deixou o Palácio do Planalto às 18h45, encerrando o expediente.

Um dos funcionários de livre acesso ao seu gabinete, entretanto, nota que o presidente ficou "mais relaxado" depois do dia 15, quando a Comissão de Sistematização reduziu seu mandato para quatro anos. Só ficou muito tempo na quinta-feira, com o episódio na demissão de seu secretário de Imprensa, Antônio Frota Netto, depois de sua conturbada posse na presidência da Empresa Brasileira de Notícias (EBN). Na sexta-feira, no entanto, ele também demonstrou sua mágoa com a atitude de alguns governadores que começaram a articular uma nova postura em relação ao seu governo, visando à sucessão presidencial. "Qual é a do Moreira Franco?", indagou, por exemplo, ao receber o governador do Ceará, Tasso Jereissati, após tomar conhecimento prévio da reunião que o governador fluminense teria com Waldir Pires (Bahia) e Miguel Arraes (Pernambuco), no dia seguinte.